

O ELEFANTE E O RINOCERONTE EM UM DUELO RECONTADO ENTRE OS SÉCULOS XIII E XVI¹

Rafael Afonso Gonçalves²

Resumo: No início do século XVI, o rei português, D. Manuel, ordenou a realização de um combate entre um elefante e um rinoceronte, animais trazidos diretamente do além-mar e que eram conhecidos por um suposta rivalidade. O conflito entre as duas espécies era relatado em diversos tipos de obras, como bestiários, enciclopédias e relatos de viagens, que contavam os detalhes do encontro belicoso entre esses animais. Das informações contidas nos bestiários do século XIII ao evento empreendido pelo monarca português, a descrição do duelo dos bichos apresenta nuances significativas que dizem respeito, acima de tudo, à forma como os homens concebiam o mundo animal. A proposta deste artigo é examinar algumas variações e alterações na forma de descrever o confronto entre essas bestas, das primeiras décadas do século XIII ao início do XVI, que podem revelar aspectos importantes sobre a relação entre os animais e os homens do passado.

Palavras-chave: Animais; Bestiários; Viagens; Idade Média.

THE ELEPHANT AND THE RHINO IN A DUEL RETOLD BETWEEN THE THIRTEENTH AND SIXTEENTH-CENTURIES

Abstract: In the early sixteenth century, the Portuguese king D. Manuel, arranged a fight between an elephant and a rhinoceros, animals brought directly from overseas and known by a supposed rivalry. The conflict between the two species was reported in several sorts of works, such as bestiaries, encyclopedias and travel reports, which told the details of the encounter between these belligerent animals. From the information contained in the bestiaries of the thirteenth century to the event undertaken by the Portuguese monarch, the description of the duel presents significant nuances concerning, above all, the way men conceived the animal world. The exam of some variations and changes in the way of describing the confrontation between these beasts, from the first decades of the thirteenth century to the early sixteenth, will be made in this article. It will be argued, in this sense, that the accurate observation of this retold duel may reveal important aspects of the relationship between animals and men of the past.

Keywords: Animals; Bestiaries; Travels; Middle Ages.

¹O presente artigo é o desdobramento de um dos temas abordados em minha tese de doutoramento. Resultados parciais presentes neste texto foram apresentados no IX Encontro Raízes Medievais do Brasil Moderno, realizado em maio de 2014, na cidade de Franca-SP.

² Doutorando em História Medieval pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista, campus de Franca. Bolsista CAPES. E-mail: rafael_ag13@yahoo.com.br.

Em 1515, D. Manuel, rei de Portugal, ordenou a preparação de um grande pátio, cercada por muros altos, e cujo acesso fosse possível apenas através de portões reforçados com grossas barras de ferro. A arena escolhida se localizava em frente à Casa da Índia, centro administrativo de todo o comércio e da navegação no além-mar, responsável, portanto, por trazer diretamente da Índia os estranhos seres que proporcionariam o espetáculo. Os muros que cercavam o pátio também ligavam a Casa da Índia ao Palácio da Ribeira, residência real portuguesa, permitindo ao monarca e à sua corte uma visão privilegiada do evento (CASTILHO, 1893: 271). Dentro do campo cerrado, um elefante e um rinoceronte, conhecidos por um “ódio natural” (GÓIS, 1790: 447) que nutriam entre si, batalhariam diante dos olhos do rei e do povo lisboeta.

Primeiramente, os tratadores indianos conduziram o rinoceronte para dentro da arena, prendendo-o em um canto encoberto por “panos darmar” (GÓIS, 1790: 480) cuidadosamente dispostos para escondê-lo da visão da entrada. Eles não queriam que o elefante percebesse a presença de seu inimigo na arena antes que as portas estivessem devidamente trancadas. O combate entre as duas feras, como contavam vários autores, costumava ser violento. Com o elefante dentro do pátio e os portões fechados, o próprio D. Manuel ordenou a retirada dos panos: o que o monarca desvelou foi, então, a realização de uma história recontada durante séculos, mas que encontraria ali, longe das costas asiáticas, um novo desfecho.

O interesse pelo encontro belicoso dos dois paquidermes já havia sido alvo do interesse de alguns letrados cristãos do século XIII, quando obras dedicadas à descrição de animais, como os bestiários e as enciclopédias, passaram a dar mais detalhes sobre suas características físicas e seu comportamento. Na verdade, a maior parte dessas obras não citava o rinoceronte, mas sim seu correspondente em língua latina: o unicórnio. A confusão, ou melhor, a fusão entre essas duas espécies parece ter ocorrido ainda nos primeiros séculos do cristianismo, através da tradução de termos gregos para o latim. Isidoro de Sevilha, em suas *Etimologias*, foi um desses letrados que designaram o rinoceronte, em língua latina, por unicórnio. Ele justifica a tradução esclarecendo que “o nome do rinoceronte é grego, que em latim significa ‘um corno no nariz’”, mas que também poderia ser chamado de *monoceros* ou unicórnio, “precisamente porque está dotado ao meio da frente de um só corno de uns quatro pés de longitude, e tão afiado que atira ao alto e perfura qualquer coisa que acometa”. Por meio de seu método etimológico, que associava características físicas e comportamentais ao nome do bicho, Isidoro teceu uma das primeiras menções entre os autores do cristianismo sobre o duelo

entre as feras. Após fazer referência ao chifre único do animal, ele afirma que “é frequente que trave combate com os elefantes, a quem derruba inferindo-lhes uma ferida no ventre” (ISIDORO, 2004: 901).

Ao mencionar os animais, outros cristãos latinos, como Rabano Mauro, relataram a inimizade e asseguraram a predominância do uso do termo “unicórnio” sobre “rinoceronte”. Já com o unicórnio na posição de combatente, a narrativa do duelo foi sistematicamente recontada a partir do século XIII, sobretudo em meio à profusão de criaturas evocadas pelos bestiários. Esses textos conhecidos como “bestiários” são constituídos por pequenos capítulos dedicados a uma espécie ou a uma criatura específica, onde são assinaladas suas condutas e aspectos físicos, seguidas por enunciados que pretendem expor seus significados espirituais e moralizantes. Além dos animais familiares aos cristãos, os bestiários tratavam de outros pouco conhecidos e que se encontrariam, segundo esses autores, em terras distantes, especialmente na Ásia. Assim, os bestiários divulgavam informações sobre seres oriundos de terras afastadas, como do Egito, da Arábia, da Pérsia, muito mencionados pelos escritos bíblicos, e também da Índia, da Etiópia e de outros lugares localizados no misterioso e pouco definido oriente. As descrições sobre o conflito entre o rinoceronte e o elefante constituía parte desse quadro de espécies do mundo que pretendia representar a variedade da criação e universalizar a fé cristã.

A batalha narrada nos bestiários

No *Bestiário Divino*, escrito provavelmente entre 1210 e 1211, Guilherme, o clérigo da Normandia, faz uma descrição detalhada da luta e extrai, como era comum nesse tipo de obra, um sentido moral e espiritual do encontro. Primeiramente, esse religioso de quem pouco se sabe caracteriza o unicórnio, em um capítulo especialmente dedicado ao animal, como aquele com “apenas um chifre, colocado bem no meio da frente”. Segundo ele, “essa besta é tão brava, agressiva e atrevida que ataca o elefante: é o animal mais temível de todos os animais que vivem no mundo.” Enfatiza, ainda, a força do bicho, dizendo que “possui o corno tão duro e afiado que ele pode perfeitamente lutar com o elefante.” O elefante, também renomado por sua força e inteligência, não teria “nenhum meio de se defender quando ele o ataca, pois o acerta sob seu ventre com tanta força, com seu chifre afiado como uma lâmina, que ele o corta inteiramente” (GUILLAUME, 1980: 92).

Após apresentar as principais características físicas do unicórnio, Guilherme passa então a apresentar os sentidos espirituais inscritos no corpo e no comportamento do animal. “Essa besta extraordinária que possui um corno sobre a testa”, ele diz, “representa Nosso Senhor Jesus Cristo, nosso salvador” (GUILLAUME, 1980: 93). A associação é estabelecida a partir de uma simbologia dos números, no caso, do número um: evocação do que é único, portanto, de Deus. Partindo dessa correspondência simbólica, o autor do *Bestiário Divino* relaciona a característica particular do animal – possuir um único chifre – à unidade divina, origem criadora de todos os diferentes animais.

Nos bestiários, os significados deduzidos de cada característica ou comportamento dos animais eram distribuídos em três grupos principais: histórico, místico e moral. Isto é, um sentido que localizam os homens ou os acontecimentos no espaço e no tempo; outro voltado para o conhecimento do mistério divino; e um terceiro, com fins de enrijecimento dos costumes. O “entendimento tripartite”, expressão empregada por alguns exegetas cristãos para designar tal ordenação dos significados, era um abordagem comumente utilizada pela hermenêutica bíblica para esclarecer passagens obscuras (DAHAN, 2008: 239). Os bestiários escritos entre os séculos XII e XIII parecem ter lançado mão desse sistema interpretativo e expositivo para descrever os variados animais que se encontram entre suas páginas. Referências sobre o uso desse modelo interpretativo podem ser encontradas nos bestiários, tanto nos objetivos gerais da obra, presentes no prólogo e em outras passagens, quanto na descrição de alguns animais específicos. No prólogo do *Bestiário Divino*, Guilherme, o clérigo da Normandia (1980: 71), afirma que ao conhecer os diversos ensinamentos sobre as naturezas das bestas, o leitor poderia encontrar “abundante matéria para a reflexão moral e boas passagens de ensinamento teológico”.

Embora a passagem já permita entrever a disposição dos significados em três camadas – histórico, místico e moral –, é possível observar com mais nitidez os indícios da adoção dessa forma específica de descrição quando ele trata diretamente de alguns animais, como o asno e a formiga. Ao começar o capítulo dedicado ao asno selvagem, Guilherme, o clérigo da Normandia, promete mostrar “exemplos agradáveis de ouvir que guardam um riquíssimo mistério”. O que ele propõe, então, é “transmitir o sentido literal límpido de tal forma que se possa ver claramente o mistério revelado” (GUILLAUME, 1980: 100). Quando trata da pequena formiga, suas indicações dão ainda mais ênfase sobre sua pretensão em valer-se dos sistemas de interpretação

derivados da exegese bíblica para descrever os animais. Ao descrevê-la, Guilherme apresenta também as ferramentas que utiliza, dando especial destaque ao tratamento dos sentidos morais e teológicos. Para ter acesso às mensagens divinas, ele aconselha ao cristão: “homem que crê em Deus, que lê as Escrituras e que a compreende”, que “fenda e divida com sabedoria a letra do Velho Testamento, isso quer dizer que não deve tomar somente o sentido literal, que mata, mas segundo o espírito, que vivifica. Fenda e separe com grande cuidado o sentido figurado extraindo-o do sentido literal.” (GUILLAUME, 1980: 83).

Essa maneira de organizar os saberes sobre as bestas estendeu-se, em alguns casos, ao lugar em que eles se encontravam; assim, até mesmo determinadas regiões ganharam um leitura simbólica e foram incluídas na ordenação tripartite. O autor anônimo de outro bestiário, conhecido como *Bestiário de Oxford*,³ do início do século XIII, utiliza a estratégia para descrever o pelicano, “uma ave do Egito, que vive no deserto do Nilo.” Após contar que o bicho alimenta seus filhotes com o próprio sangue para recobrem a vida, ele especifica, utilizando os outros dois sentidos derivados da exegese bíblica, os significados inscritos nesse que podemos supor ser a característica literal da ave. “O pelicano”, ele esclarece, “é, no sentido místico, o Cristo; o Egito, o mundo.” E então, após desdobrar o significado místico do bicho e do lugar em que vive, passa ao terceiro sentido, o tropológico: “no sentido moral, por pelicano nós podemos entender [...] aquele que se distancia dos prazeres da carne; e por Egito, nossa vida envolvida pelas trevas da ignorância” (LE BESTIAIRE, 1988: 109). O Egito significa as trevas pois, de acordo com ele, mesmo vivendo em um meio pecaminoso, o cristão deveria se manter fiel aos preceitos morais. Ao adaptar o modelo de exegese bíblica ao exame do mundo natural, esses autores acabaram por atribuir sentidos profundos a diferentes aspectos relacionados à existência do animal, fossem eles as características, as terras onde habitavam, ou seus costumes e condutas diante do homem e de outros animais.

Os autores dos bestiários procuraram identificar os significados inscritos na maneira como o unicórnio ou rinoceronte se comportava ao encontrar o elefante. A inimizade entre as bestas, no entanto, não é transposta àquilo que elas simbolizam, isto é, mesmo sendo atribuído ao unicórnio o sentido místico de Deus, não é possível dizer que ao elefante fosse atribuído seu avesso: o Diabo. Guilherme, o clérigo da Normandia

³ Trata-se do bestiário também conhecido como *Bestiaire Ashmole 1511*, que se encontra conservado na Bodleian Library, na Universidade de Oxford.

(1980, p.114), apresenta o elefante como “um animal de grande sabedoria” que “não conhecia em que consistia o prazer carnal”, símbolo, portanto de “Adão e Eva quando estavam no Paraíso terrestre”. O autor do *Bestiário de Oxford* (1988: 63) também comenta sobre a batalha empreendida entre as duas bestas, caracterizando o elefante a partir de virtudes claramente cristãs: “essa besta não possui nenhum desejo carnal”, diz ele, e é dotada de “uma grande inteligente e excelente memória”. Ao mencionar como os elefantes se conduziam na procriação, o autor dessa versão dos bestiários chega a dizer que “o pequeno elefante é Nosso Senhor Jesus Cristo” (LE BESTIAIRE, 1988: 65). Isso quer dizer que mesmo que a cada animal se possa aludir uma significação comum, a batalha entre eles não representa o conflito de seus significados.

Os bestiários, assim, procuram identificar as razões que levam o animal ao ataque a partir de uma leitura mística do encontro entre os dois animais. De uma maneira bastante semelhante, os autores apresentados afirmam que o conflito tem início por conta da crueldade do unicórnio, isso que “simboliza o fato de que jamais as Potências, os Tronos ou as Dominações podem conhecer a hora da Encarnação. Jamais o Diabo, mesmo que se aplique ao saber, não pode conhecer a Rota e a trilhar” (GUILLAUME, 1980: 93-94). Nesse esclarecimento, o saber divino ilimitado e a imprevisibilidade do advento de Deus estão associadas com o fato de o unicórnio atacar um animal tão virtuoso como o elefante: até mesmo a esses homens a conduta bélica do unicórnio parecia surpreendente. Mas a surpresa, como indicam essas passagens, também poderia servir aos desígnios divinos. Além disso, os bestiários não apresentam os animais como símbolos acabados de uma determinada entidade, como Deus, Diabo ou a Igreja. O que eles pretendem apresentar são as mensagens divinas inscritas em características ou condutas específicas dos animais, em suas “naturezas”, como preferiram definir. O animal, em outras palavras, não se configurava como uma entidade sagrada, o que poderia ser relacionado ao paganismo, mas como uma parte integrante da obra divina onde se encontravam ocultos os ensinamentos do Criador.

Essa abordagem alegórica não reforçava somente o caráter pedagógico da contemplação da natureza, mas também a forma pela qual os religiosos conheciam o mundo natural. A maior parte dos autores que escreveram obras sobre as bestas eram monges devotos de uma vida regular, entusiastas da reclusão como forma de acesso a Deus. Mesmo falando sobre o mundo natural, suas obras convidavam homens e mulheres a se resguardarem sob a proteção dos claustros, como algumas passagens deixam entrever. Em uma das versões dos bestiários, essa dedicada exclusivamente às

aves, Hugo de Folieto (1999: 141), um cônego francês do século XII, aconselha o ensino da “natureza das aves a quem deve ser recebido na comunidade religiosa”, pois, “quando o mestre prudente tem de admitir alguém, deve primeiro ajuizá-lo mediante coabitação”. A natureza, como indica a passagem, deveria ser conhecida de dentro dos muros do mosteiro, através dos livros e das histórias orais. O *Livro das Aves*, da autoria desse religioso francês, inclusive, foi recompilando nos meios religiosos portugueses desde o final do século XII. Das compilações produzidas nos mosteiros portugueses, três cópias sobreviveram: a do Mosteiro Beneditino de Lorvão (Tombo, Ms.L - 1183); a de Santa Cruz de Coimbra, mosteiro da Ordem de Sto. Agostinho; e a cópia do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Alcobaça (RIBEIRO, 2013: 139).

A trajetória desse manuscrito testemunha como o variado repertório de conhecimentos sobre os animais contido nos bestiários pôde ser apropriado nos meios monásticos. Assim, diferentemente do que uma primeira suspeita pode sugerir, o interesse pelo mundo natural declarado por esses autores, pelo menos entre o início do século XII e meados do XIII, não se reverteu em uma apreciação direta da natureza. A distância física dos animais, nesse sentido, não representava nenhum empecilho à atribuição de veracidade a essas descrições. Como assegura Guilherme (1980: 107), o clérigo, sobre a áspide, uma serpente encontrada no Egito: “eu nunca a vi, mas essa é a verdade provada”.

Embora grande parte dos esforços desses cristãos tenha sido direcionado para o exame dos significados místicos e morais contidos nas naturezas dos animais, não se deve desconsiderar que os bestiários contribuíram para a construção de um conhecimento que dava conta do mundo físico, de um saber “literal” – para utilizar o termo empregado por eles – do mundo natural. Através do recolhimento de várias referências difusas em autores de diferentes épocas e até de crenças religiosas – entre eles, citemos apenas Rabano Mauro e Plínio, o Velho – esses autores puderam sintetizar e fornecer explicações sobre o comportamento dos animais, seus traços físicos, sua alimentação, períodos migratórios e, em alguns casos, seu aproveitamento medicinal. Os bestiários, assim, puderam difundir entre uma audiência religiosa e senhorial um conhecimento instrutivo e informativo sobre os animais.

Um saber enciclopédico

As descrições das bestas e, em especial, do encontro entre o unicórnio e o elefante, ganham uma nova leitura na passagem entre os séculos XIII e XIV, quando uma crescente produção de textos pretendeu realizar uma síntese do conhecimento do mundo. As informações sobre os animais passaram a integrar um panorama geral do saber presente nessas obras que muitos críticos modernos designam por “enciclopédias”. Vale ressaltar que o termo “enciclopédia” é estranho aos medievais, que costumavam utilizar a expressão “suma breve” para definir as pretensões desse tipo de escrita. Empregado pela primeira vez em meados do século XVI, no *Pantagruel* de Rabelais, a palavra conheceu um grande sucesso durante os séculos XVII e XVIII, quando a crença na ciência e no progresso levou muitos intelectuais iluministas a reunir as novas descobertas da razão em grandiosas enciclopédias. O confronto entre os dois animais ganhou menções em algumas obras desse tipo, que se propunham também a descrever as características das bestas. Movido pelo objetivo de sintetizar o conhecimento do mundo, o franciscano Bartolomeu, o inglês, finalizou o *Livro das propriedades das coisas* em meados do século XIII (RIBÉMONT, 1999), consagrando aos animais um dos capítulos mais longos da obra. A obra é organizada a partir de uma hierarquia de temas estabelecida a partir do conhecimento de Deus e dos anjos até chegar a Criação, onde se encontram os capítulos sobre as bestas, e aos sentidos humanos.

As principais afirmações sobre os animais encontradas nessa obra são o fruto da articulação entre textos oriundos da tradição filosófica cristã e traduções dos sábios da Antiguidade, obras que preenchiam cada vez mais fileiras nas bibliotecas de então. Compilando ideias nem sempre coerentes entre si, essa miscelânea tomou frequentemente a forma de uma justaposição de afirmações extraídas de diferentes tradições do pensamento (RIBÉMONT, 1995: 78-85). A apropriação desses autores provenientes de diferentes campos e linhagens do saber procurava responder aos questionamentos de um número crescente de religiosos letrados, já familiarizados com a presença de escolas e universidades e ávidos por informações eficazes nas pregações em meios citadinos e heréticos. A produção das enciclopédias, nesse sentido, não almejava os acalorados debates filosóficos travados nos cursos de Teologia de universidades como Paris e Oxford, que atraíam homens de saber de toda cristandade. Com um caráter explicitamente abrangente, essas obras destinavam-se, sobretudo, aos pregadores em formação, franciscanos e dominicanos em sua maioria, que encontravam nas

aglomerações urbanas audiência para seus sermões e exortações (RIBÉMONT, 1995: 78).

A batalha entre os dois paquidermes é mencionada no *Livro das Propriedades das coisas*, tanto no capítulo sobre o elefante quanto nos trechos dedicados ao unicórnio. Bartolomeu, o inglês, todavia, oferece mais detalhes a respeito da batalha na parte consagrada ao unicórnio, talvez por atribuir o ataque a este animal. Sobre o bicho, o enciclopedista franciscano diz que é “um animal muito cruel que possui no meio da testa um chifre de quatro pés de comprimento, tão forte e tão pontiagudo que perfura tudo o que atinge”. Citando Isidoro de Sevilha, completa que o “unicórnio ataca o elefante e o mata por meio de seu chifre, que ele encrava em seu ventre.” No mesmo capítulo, Bartolomeu retoma a batalha entre as bestas, mas desta vez evocando Plínio, o velho, para contar “que o unicórnio lima e afia em uma pedra o chifre que possui sobre a fronte. Quando ele deseja lutar com o elefante, que ele detesta, ele o golpeia no ventre com seu chifre, pois ele sabe que ali é sua parte mais frágil” (BARTHÉLEMY, 1999: 284).

Essa vulnerabilidade do elefante é também mencionada no capítulo que guarda seu nome, contido no *Livro das propriedades das coisas*, onde é possível encontrar outra passagem sobre o ataque do unicórnio. Ao descrever as características do elefante, Bartolomeu, o inglês, diz que “ele possui o ventre mole e o dorso duro”, e explica que “é por isso que quando luta com o unicórnio, ele sempre vira o dorso para ele.” Para traçar uma imagem completa do elefante, nessa altura da obra, o religioso menciona seu outro inimigo, isso que pode nos oferecer algumas pistas sobre as razões que levariam o unicórnio a combatê-lo. Segundo ele, “há uma guerra perpétua entre o elefante o dragão, pois o dragão, que é muito quente, deseja conter seu calor pelo sangue do elefante que é frio, isso é porque ele deseja o matar” (BARTHÉLEMY, 1999: 281). Através dessa disparidade entre as qualidades dos elementos predominantes em cada espécie, o enciclopedista procura dar as razões da rivalidade entre os animais.

É interessante notar que, no *Livro das propriedades das coisas*, as características e costumes dos animais não são seguidos de significados espirituais ou morais, como é comum na maioria dos bestiários. A despeito das explanações que colocam o animal em diálogo com uma rede de símbolos e passagens bíblicas, Bartolomeu, o inglês, procura explicar as propriedades das bestas por meio de sua fisiologia, isto é, das interações entre as qualidades dos elementos. De acordo com ele, existem “quatro qualidades primeiras e principais: o quente, o frio, o seco e o húmido”, dentre as quais, “duas são

ativas, a saber o quente e o frio, e duas são passivas, o seco e o húmido” (BARTHÉLEMY, 1999: 109). Tais qualidades estão na base da formação dos quatro humores: o sangue, a fleuma, a cólera e a melancolia. O humor é “primeira e a principal origem material do corpo sensível”, segundo ele, “uma substância clara, engendrada no corpo do animal ou da pessoa por digestão”. Os humores funcionariam no corpo do animal em interações que podem ser harmoniosas e, portanto, benéficas, ou desarranjadas, o que pode trazer consequências negativas. Assim, “quando eles estão em boa proporção em qualidade e quantidade, os quatro humores mantem em equilíbrio o corpo, [...] em caso contrário, eles são a causa de doenças e a da corrupção do corpo” (BARTHÉLEMY, 1999: 110).

A apresentação do funcionamento dos humores, que antecede o capítulo dedicado às bestas, fundamenta as razões que explicam porque o elefante, um animal frio, é necessário para a manutenção do corpo da outra besta: o ataque do dragão seria uma atitude natural de sobrevivência. O problema é que, no caso do unicórnio, Bartolomeu, o inglês, não diz nada sobre a predominância da qualidade dos elementos em seu corpo. Na verdade, ele é prolixo acerca do bicho e chega a distinguir três tipos de unicórnio: o primeiro seria semelhante ao corço, mas com um único chifre sobre a testa; o outro, similar a um boi, com patas de cavalo e o corno característico da espécie; e, ainda, um terceiro, com “o corpo de um cavalo, a cabeça de um cervo, os pés de um elefante, a calda de um javali e um chifre no meio da frente” (BARTHÉLEMY, 1999: 284). Sobre o ataque ao elefante, todavia, não é apresentada nenhuma razão aparente. Mas, se recorrermos a outras obras semelhantes, podemos encontrar algumas referências que descrevem o unicórnio como um animal “quente”. Na *Physica*, por exemplo, escrita por Hildegard von Bingen (1998: 210) em meados do século XII, diz-se que “o unicórnio é mais quente do que frio”.

Tais referências sobre o conflito entre os dois paquidermes indicam como as descrições dos animais foram apropriadas por essas teorias legadas pela Antiguidade e que se tornavam cada vez mais frequentes nos meios letrados. De um símbolo da eterna sabedoria de Deus, como afirmam os bestiários, a batalha travada pelos animais se tornava a consequência de um desequilíbrio dos elementos. O conhecimento sobre o animal era atravessado por discussões engendradas nos meios universitários, que se tornavam cada vez mais comuns nos grandes centros urbanos. A cidade tornava-se a cena das pregações dos frades mendicantes, como franciscanos e dominicanos, que buscavam, nas aglomerações humanas, almas para Cristo. A proximidade e o diálogo

entre o espaço de atuação desses religiosos e de produção universitária contribuiu para que informações mais abstratas sobre a “física” dos animais chegassem até os textos de esclarecimento e de instrução endereçados aos pregadores, como as enciclopédias. Além de teorias oriundas da Antiguidade, esses religiosos, principalmente franciscanos e dominicanos, foram os responsáveis por incluir informações extraídas de narrativas testemunhais, escritas por homens que haviam cruzado as fronteiras cristãs e visto, “com os próprios olhos”, bestas conhecidas apenas pelos antigos manuscritos.

Os animais e o testemunho

O interesse em visitar terras nos confins da Ásia foi despertado, em larga medida, pelos ataques que os tártaros haviam realizado contra reinos localizados nas bordas da Europa, como na Hungria, na Polônia e na Boêmia. Dessas terras, através de embaixadores e missionários, enviaram-se notícias sobre massacres de fiéis e pedidos de socorro. Para saber mais sobre esse grande império que começava a devastar os reinos no leste europeu, o papado enviou os primeiros grupos de religiosos em direção aos acampamentos tártaros, que logo foram seguidos por outros viajantes inspirados por objetivos mais voltados para a conversão de almas para o cristianismo. Do perigo eminente reportado pelos primeiros viajantes, seguem-se a esperança de um aliado militar contra os muçulmanos e a possibilidade da conversão ao cristianismo de um continente rico, poderoso e repleto dos mais diversos animais. Assim, ao comentar as dimensões e propriedades das regiões próximas ao seu itinerário, esses viajantes que partiram para a Ásia nos séculos XIII e XIV afirmam ter encontrado espécies tão diferentes que frequentemente lhe inspiraram palavras de admiração e maravilha. Do contato com as primeiras fronteiras cristãs até os pontos mais afastados do itinerário, os animais despertaram o interesse desses europeus em diversos momentos do percurso.

O duelo entre o elefante e o rinoceronte – ou unicórnio – compôs também o repertório de descrições da natureza apresentado por esses homens que contavam terem presenciado tudo o que relatavam. Jordan Catala Sévérac (2005: 277), um frade dominicano originário do sul da França, autor de um relato de viagens escrito em meados do século XIV, conta que viu na Índia Menor “um animal chamado rinoceronte, grande como um cavalo, com um chifre longo e tortuoso sobre o fronte; mas que não é o unicórnio”. As dificuldades em distinguir o rinoceronte dos unicórnios, persistentes

também entre os viajantes, são o fruto das tentativas identificar os animais avistados com aqueles conhecidos através dos livros.

Sévérac diz que era possível encontrar o unicórnio em outra parte da Índia, na “Terceira Índia”. Nesse lugar, segundo o viajante, viviam os “verdadeiros unicórnios, grandes como cavalos com um único chifre sobre a testa, grosso e pontudo, mas curto e sólido, inclusive no miolo. Um animal tão feroz”, ele completa com nossa já conhecida história, “que ele pode matar um elefante”. O viajante atribui também à ferocidade do unicórnio o mote principal do combate entre os bichos. Tão feroz, como nos conta em seu relato, que “não pode ser capturado de nenhum jeito, exceto por uma jovem virgem”. Mas, sem recorrer às teorias dos humores ou aos sentidos ocultos em suas características, o missionário dominicano acrescenta que “todos os membros desse animal são de uma virtude admirável e inteiramente bons à medicina” (JORDAN, 2005: 287-288).

O ataque ao elefante também foi mencionado por outro conhecido viajante, ou pelo menos autor de um relato de viagens escrito em primeira pessoa, o suposto cavaleiro inglês Jean de Mandeville. Embora exista um certo consenso entre os especialistas de que Jean de Mandeville não tenha viajado aos lugares que descreve⁴ – ou apenas viajado parcialmente –, sua obra foi uma das grandes responsáveis por difundir notícias sobre a Ásia e aceita, pelo próprios contemporâneos, como “verdadeira”. Em seu livro de viagens, assim, Jean de Mandeville (2007: 240) afirma ter encontrado em algumas ilhas da costa asiática “animais do mesmo tamanho ou maiores que os cavalos de batalha,” que possuíam “uma cabeça negra com três grandes cornos afiados na frente, tão cortantes como uma espada, [...] um animal muito feroz, que persegue e mata o elefante”. Embora a presença de três chifres possa ter impedido Mandeville de tê-lo identificado com o unicórnio ou o rinoceronte, é certo que a passagem faz ecoar o belicoso encontro entre os dois paquidermes.

As informações sobre os animais eram o resultado da tarefa assumida pelos viajantes de descrever com maiores detalhes o percurso avistado. Nos relatos desses viajantes, a abordagem simbólica ou as explicações fisiológicas são deixadas de lado em

⁴ Nos séculos XIX e XX, alguns autores, como G. Warner (1889) e M. Letts (1953), constataram que as *Viagens* foram escritas essencialmente através da compilação de obras clássicas e relatos de outros viajantes, tais como Guilherme de Boldensele, Odorico de Pordenone, João de Pian Carpini, Alberto de Aix e outros, o que levou a obra de Mandeville a sofrer um grande descrédito por considera-la um mero fruto da imaginação de seu autor. Recentemente, entretanto, a obra de Jean de Mandeville vem ganhando novas leituras, que, em vez de pretender confirmar os lugares efetivamente visitado, tem procurado entender como foi possível a obra alcançar tamanha popularidade no período, já que seus próprios contemporâneos aceitaram a obra de Mandeville como verdadeira.

favor de descrições que pretendiam explorar a convivência entre os homens e as bestas. A coexistência dos homens e dos animais encontrados pelos viajantes deu ensejo ao estabelecimento de correspondências entre suas qualidades. Dito de outro modo, ao tratar das propriedades de uma cidade ou região, os relatos de viagem começaram a criar as possibilidades para o estabelecimento de paralelos entre as características dos bichos e homens encontrados ali. Dentro de cada espaço percorrido, as descrições dos animais encontrados participam de um jogo de similitudes com as qualidades do povo que a habita, ou seja, as características e costumes dos animais apresenta uma tendência à repetir as dos homens ao seu redor.

Próximo ao lugar onde seria encontrado o unicórnio, Jordan Catala de Sévérac (2005: 288) diz existir homens que “capturam felinos horríveis, como leões, onças e leopardos, assim como horríveis serpentes. Eles são ferozmente ferozes contra as bestas ferozes”. O viajante dominicano identifica, assim, uma similitude entre o temperamento entre as bestas e o homem. Essa alteração de perspectiva parece ter marcado consideravelmente o modo de descrição dos animais e suas relações com os homens. As informações relatadas, por mais incríveis que pudessem parecer aos seus contemporâneos, eram garantidas pelo testemunho desses viajantes que afirmavam ter visto aquilo “com os próprios olhos” ou ouvido de gente “digna de fé”. Não por menos, grande parte desses homens dizia ter cruzado milhares de quilômetros por terra ou mar para recolher informações ou atuar como missionários junto ao Grande Cã.

O testemunho passa a ter tal importância que, mesmo quando Jordan Catala Sévérac (2007: 287) não pôde atestar com seus próprios olhos, ele recorreu ao testemunho do testemunho, digamos assim, para atribuir veracidade à existência de um pássaro chamado *Roc*, em suas palavras, “tão grande que poderia carregar facilmente um elefante no ar”. Ele não presenciou a existência da ave, mas diz que ele “mesmo viu alguém que dizia já tê-lo visto”. Associada à comprovação da verdade, a experiência testemunhal ganha também relações diretas com a própria capacidade de apreensão do mundo físico. Isso é o que sugere o mesmo Sévérac (2007: 276) após destacar seu espanto com as propriedades de uma árvore na Índia: “isso é maravilhoso”, ele diz, “pois aquele não a viu, não pode compreender bem”. Jean de Mandeville, da mesma forma, diz que havia no ultramar “outros muitos países e outras muitas maravilhas” que não tinha visto e, por essa razão, resolveu não contá-las, pois não tinha “conhecimento de causa”. Mas, se foi preciso se calar sobre muitas informações não avistadas, foi para ter seu livro aprovado pela própria cúria papal pelas muitas coisas que viu: “e assim

meu livro, embora haja muitas pessoas que não queiram dar nenhuma credibilidade ao que não viram com seus próprios olhos, foi ratificado e aprovado por nosso Santo Padre” (VIAGENS, 2007: 255).

O testemunho foi, nesse sentido, regularmente reafirmado como fonte irrefutável de credibilidade e origem de grande parte das informações vinculadas através de relatos escritos em primeira ou terceira pessoa. Para garantir o valor dos relatos, os viajantes deram destaque a uma série de experiências próprias, em que contavam o que viram, o que tocaram, o que comeram, enfim, dentro dos limites das expressões de seu tempo, o que sentiram ao depararem-se com homens e animais tão estranhos. Para provar também seu testemunho, esses homens narraram o itinerário percorrido, os nomes e os limites de cada cidade visitada e as características de seu povo e sua terra. Muitas vezes, os viajantes foram obrigados a recorrer ao vocabulário local, ou melhor, ao que eles puderam entender dessas palavras ouvidas em línguas totalmente estrangeiras, para dar nome às criaturas ao seu redor. Isso porque para afirmar a veracidade da existência de animais que poderiam parecer incríveis a seus conterrâneos, esses homens enfatizaram o caráter testemunhal daquelas informações, já que a presença de palavras ouvidas naquelas terras poderia comprovar seu conhecimento sobre essas terras distantes.

A partir de meados do século XIV, as viagens para o extremo leste da Ásia sofrem um grande hiato, suspenso somente com as navegações portuguesas e as missões dos jesuítas no século XVI e XVII (ARAÚJO, 2000). Nesse entremeio, há notícias de algumas viagens, sobretudo no século XV, como a da embaixada à corte de Tarmelão chefiada pelo espanhol Ruy Gonzalez de Clavijo entre 1403-1405, a viagem do veneziano Niccolò de Conti, que ditou suas lembranças após seu retorno em 1439, ou até mesmo a do russo Afanasy Nikitin, que viveu na Índia entre 1468 e 1474. As razões para essa queda significativa no fluxo das grandes viagens para as partes orientais estão especialmente relacionadas com conflitos na região da Ásia central, que tornaram as rotas muito perigosas para a passagem de estrangeiros. As guerras originadas pela crescente independência dos canatos ocidentais forçaram muitos cristãos, mesmo os que tinham boas relações com Cãs locais, a deixar a terra e retornar à cristandade (RICHARD, 1998). A conversão dos Cãs do oeste asiático ao islamismo, coetânea aos conflitos e independências, também contribuiu para o desencorajamento daqueles que ainda nutriam esperanças em que os tártaros aderissem à fé cristã.

Conduzidas pelas naus portuguesas, as rotas da Ásia se descolam para o Atlântico, transmutando os grandes viajantes em grandes navegadores. Ao cruzar o

Cabo da Boa Esperança, as esquadras lusitanas encontraram rapidamente o caminho para Índia, rumando também em direção ao encontro com os espantosos animais que viviam naquela região. Já no século XVI, com a pretensão de construir uma fortaleza em uma região estratégica, em Camabia, o governador das Índias portuguesas, Afonso de Albuquerque, enviou presentes para o rei daquele lugar, Modofar. Em retribuição, o soberano oriental lhe ofereceu ricos objetos e um grande animal, o rinoceronte que Afonso de Albuquerque enviaria a Lisboa e que seria um dos principais personagens do grande evento realizado sob ordens de Dom Manuel (COSTA, 1937: 12). A presença da fera em Lisboa causou grande alvoroço não só entre os portugueses, mas também entre outros europeus, que lembravam que o último rinoceronte visto no continente datava da época dos romanos.

O combate ordenado pelo poder real

Naquele ano, 1515, uma carta enviada de Lisboa para um destinatário na Alemanha continha uma ilustração e um relato sobre o desembarque do animal “vindo das Índias ocidentais, chamado rinoceronte”, muito temido pelos elefantes, “porque esse o fere sempre, pois, além de ser bem armado, ele é ágil e astuto” (ANÔNIMO, 1937: 24). Essa missiva, conhecida atualmente somente através de uma tradução italiana, chegou nas mãos do célebre pintor Albert Dürer, em Nuremberg, que imortalizou a imagem do animal em uma xilogravura. Na Alemanha, o espetáculo promovido por Dom Manuel também foi noticiado por Sebastian Münster, em sua *Cosmographia*, uma das primeiras descrições do mundo escrita em língua alemã. Finalizada em 1544, essa obra conheceu um grande sucesso durante o século XVI e chegou a ser traduzida para o latim, o francês, o italiano, o inglês e até para o tcheco. Ao lado da ilustração assinada por Dürer, essa obra contribuiu para que a notícia sobre o encontro entre os dois animais em Portugal tenha se difundido por muitos países da Europa. Pode-se ler em uma edição francesa da *Cosmographia* impressa em 1552 que, “no ano da graça de 1515, o rei Emanuel retomou o passado com um combate entre um elefante e um rinoceronte na cidade de Ulyssonne”. Segundo ele, “foi um espetáculo digno de admiração, no qual o elefante foi vencido” (MÜNSTER, 1552: 1341). Sebastian Münster afirma ter visto no combate a confirmação irrestrita do que havia lido sobre os animais, o que parece diferir um pouco da descrição produzida por um português.



Figura 1 – Xilogravura de Albert Dürer publicada na edição francesa da *Cosmographia* de Sebastian Münster (1552, p. 1340).

Um desfecho diferente, pelo menos, é narrado por Damião de Góis, quando conta que Dom Manuel ordenou a retirada dos panos que encobriam o rinoceronte, deixando-o à vista do elefante que acabara de entrar no campo cercado. Ao avistar seu oponente, segundo o cronista português, o rinoceronte “fez um gesto para o indiano que o curava” e começou a caminhar “com passos firmes” em direção ao elefante. “Levando o focinho posto no chão”, o rinoceronte “assoprava pelas ventas com tanta força que fazia levantar o pó e as palhas no chão como se fosse um redemoinho”. Quando percebeu a presença de seu oponente, o elefante, cumprindo o que se esperava do embate, virou em sua direção, “urrou e fez gestos com a tromba como se quisesse pelear”. Mas, quando o rinoceronte se aproximou “querendo cometê-lo pela barriga”, o elefante deu meia volta e “endireitando-se para uma janela de grades de ferro que estava junto da porta do pátio [...] pôs a cabeça com tanta força que torceu dois barrões das grades, que teriam de grossura oito boas polegadas, por entre as quais, duas barras saíram” (GÓIS, 1790: 490). Para escapar do destino reafirmado por tantos autores dignos de credibilidade, o elefante teria saído do pátio cercado e, assim, impedido a efetivação do golpe mortal.

A fuga também foi noticiada por Valentim Fernandes, um conhecido tipógrafo de origem alemã que vivia em Lisboa, em uma carta escrita a um mercador de Nuremberg. No dia 3 do mês de Junho, “dia da Santa Trindade”, como relata Valentim Fernandes: “o elefante tendo sido introduzido dentro de um pátio, próximo ao palácio do rei, e o dito *rhinoceros* tendo sido conduzido ao mesmo local, eu vi que o elefante assim que o viu começou imediatamente a andar de um lado para o outro com furor”. Após perceber a presença do adversário, o elefante bramiu e “se aproximou de uma janela equipada com barras de ferro da grossura de um braço, atacou-a com suas presas e com a tromba, quebrou as barras e fugiu” (FERDINAND, 1937: 34-35). Valentim Fernandes conhecia bem o que diziam sobre os dois animais, já que havia impresso vários textos e traduções em português, inclusive de relatos de viagens, que mencionavam suas características e costumes (GARVÃO, 2009). Por isso, na carta, ao mencionar um escritor antigo,⁵ ele dizer haver um “acordo” entre o que conhecia e o que tinha “visto” na ocasião, “principalmente no que concerne ao ódio que existe entre os dois animais” (FERDINAND, 1937: 35). Valentim Fernandes, no entanto, não entra em detalhes sobre a fuga do elefante: para ele, a vitória do rinoceronte confirmava a tradição livresca.

O cronista português Damião de Góis, por sua vez, prossegue a narrativa após a evasiva do bicho e procura encontrar algumas razões para o desfecho do espetáculo. Em disparada, o elefante tomou o rumo do palácio dos Estaus, no Rossio, onde costumava ficar preso. Durante o caminho “passava tanto por homens a pé como a cavalo, que perante todos fazendo tamanha revolta, com brados que dava para uns e outros, que parecia que era alguma batalha posta fora da ordem” (GÓIS, 1790: 491). Certamente, a disposição do combate, firmado no coração de Lisboa, estava longe de assemelhar as selvas indianas, onde costumavam realizar seus enfrentamentos: o encontro se configura fora da ordem ditada pelos livros, que o localizava na distante Ásia, como uma simulação, ou melhor, uma encenação. Se o rinoceronte parece corresponder à risca ao que diziam os livros, o elefante, o animal “que mais juízo natural tem” (GÓIS, 1790: 478), parece contestar essa nova condição. O cronista atribui a atitude do elefante a sua pouca idade, pois sua jovialidade o deixou “desconfiado de se poder ajudar dos dentes, contra um tamanho inimigo pelos ter ainda tão pequenos que lhe não saíam da boca mais de três palmos.” Ainda na arena, o rinoceronte se regozijava com sua vitória diante

⁵ Ele cita uma passagem do escritor e filósofo grego Estrabão.

da plateia espantada – é isso, pelo menos, o que Damião de Góis supôs do comportamento da grande fera. Segundo ele, “o rinoceronte ficou no campo muito seguro, dando quase a entender aos que estavam a par dele, com jeitos e gestos que fazia que tinha a vitória por certa se o elefante quisesse esperar” (GÓIS, 1790: 491).

Assim, sob a pena do cronista português, a batalha ordenada por D. Manuel pretendia colocar a prova as afirmações legadas pela tradução livresca e, ao mesmo tempo, demonstrar seu desejo pela verdade. As navegações no sul da África e, inquestionavelmente, a chegada à América, haviam já colocado em questão uma série de referências sobre a disposição do mundo e dos seres. O objetivo do rei em verificar pessoalmente o resultado do encontro dos animais parece reforçar essa já sensível insatisfação com o conhecimento mediado pelos textos: a comprovação da verdade deveria ser testemunhada. O título que encabeça a narrativa sobre o evento é bastante sintomático desse desejo real pelo testemunho: “de como o rei quis ver por experiência o que os escritores antigos falam do ódio natural que há entre os elefantes e os rinocerontes” (GÓIS, 1790: 477). O grande feito português em cruzar oceanos para reunir feras tão estranhas na capital do império é concomitante também a outra grande façanha intelectual em “re-apresentar” a cena da natureza dentro dos muros reais. Transladando os mais temidos animais daquelas terras e colocando-os a serviço da busca da verdade empreendida pelo do poder real, os portugueses puderam não somente reforçar a legitimidade de seu rei, mas também a sua capacidade de governar a natureza, tanto as conhecidas quanto as do além-mar.

Através deste artigo, procuramos mapear variações que dizem respeito às relações entre homens e animais a partir da repetição dos enunciados acerca do encontro entre o rinoceronte e o elefante provenientes de textos distintos. De um símbolo do da sabedoria divina, passando pelo resultado de um desequilíbrio dos humores e do comportamento moral dos homens ao seu redor, o combate entre os paquidermes foi retomado pelo poder real português, no século XVI, para reforçar seu prestígio tanto nos reinos cristãos quanto nas terras a leste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANÔNIMO. Missiva. In: COSTA, A. Fontoura da. *Les déambulations du rhinocéros de Modofar, roi de Cambaye, de 1514 à 1516*. Lisboa: Division de Publications et Bibliothèque, 1937.

ARAÚJO, Horácio P. *Os Jesuítas no Império da China: o primeiro século (1582-1680)*. Instituto Português do Oriente, 2000.

BARBAS, Helena. *Monstros: O rinoceronte e o elefante*. Da ficção dos Bestiários à realidade testemunhal. In SIEPMANN, H.(ed.). Portugal, Índia e Alemanha. Actas do V Encontro Luso-Alemão. Köln - Lisboa, 2000. p. 103-122.

BARRETO, Luís Felipe. *Os descobrimentos e a ordem do saber*. Lisboa: Gradiva, 1989.

BARTHÉLEMY, L'anglais. *Le livre des propriétés des choses*. In RIBÉMONT, B. *Le Livre des propriétés des choses, une encyclopédie au XIVe siècle*. Paris: Stock, 1999.

BEDINI, Silvio. *The pope's elephant*. London: Carcanet Press, 1997.

BROCKEY, Liam Matthew. *Journey to the East: the Jesuits mission to China (1579-1724)*. Harvard University Press, 2005.

CASTILHO, Júlio de. *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imp. Nacional, 1893.

CHAMBEL, Pedro. *Os animais na literatura clerical portuguesa dos séc. XIII e XIV*. Presença e funções. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dissertação de doutoramento, exemplar policopiado, 2003.

CLAVIJO, Ruy Gonzalez. *La route de Samarkand au temps de Tamerlan: relation du voyage de l'ambassade de Castille à la cour de Timour*. Paris, 1990.

COSTA, A. Fontoura da. *Les déambulations du rhinocéros de Modofar, roi de Cambaye, de 1514 à 1516*. Lisboa: Division de Publications et Bibliothèque, 1937.

CRISTOVÃO, Fernando (coord.). *Condicionantes Culturais da literatura de Viagens*. Estudos e Bibliografia, Lisboa, Cosmos/CLEPUL, 1999.

DAHAN, Gilbert. *L'exégèse chrétienne de la Bible em Occident médiéval (XIIIe-XIVe siècle)*. Paris: Les éditions du Cerf, 2008.

DORIA, Álvaro. *Repercussões européias dos descobrimentos portugueses*. v. 30. nº 70. Braga: Bracara Augusta, 1976.

FERDINAND, Valentin. *Lettre à un marchand de Nuremberg*. In: COSTA, A. Fontoura da. *Les déambulations du rhinocéros de Modofar, roi de Cambaye, de 1514 à 1516*. Lisboa: Division de Publications et Bibliothèque, 1937.

GANDILLAC, Maurice (ed.). *La Pensée encyclopédique au Moyen Âge*. Neuchatel: UNESCO-Baconniere, 1966.

GARVÃO, Maria Helena M. I. *O livro Marco Paulo impresso por Valentim Fernandes: genealogia textual, leitura tipográfica e aspectos discursivos*. Tese de doutoramento,

Estudos Literários (Literatura Portuguesa), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009.

GÓIS, Damião. *Chronica do Sereníssimo Senhor Rei O. Manoel*. Coimbra: Real Oficina da Universidade, 1790.

GONÇALVES, Rafael A. *Cristãos nas terras do Cã*. As viagens dos frades mendicantes nos séculos XIII e XIV. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

GUILLAUME, le clerc de Normandie. Bestiaire Divin. In: BIANCIOTTO, Gabriel. *Bestiaires du Moyen Âge*. Paris, Stock, 1980.

HILDEGARD Von Bingen's Physica. The Complete English Translation of Her Classic Work on Health and Healing. Translated from the Latin by Priscilla Throop. Rochester, VT: Healing Arts Press, 1998.

HUGO de Folieto. *O livro das aves*. Trad. Maria Isabel Rebelo Gonçalves Lisboa: Colibri, 1999.

ISIDORO de Sevilla. *Etimologías*. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 2004.

KRUS, L; SILVA, M. *Animalia*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

LE BESTIAIRE. Texte intégral traduit en français moderne par Marie-France Dupuis et Sylvain Louis. Philippe Lebaud Éditeur, 1988.

LETTS, M. *Mandeville's Travels*. Texts and Translations. Londreson: Hakluyt Society, 1953.

LOISEL, Gustave. *Histoire des Menageries de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Octave Doin et fils and Henri Laurens, 1912. V. I. p. 217-220.

MAJOR, R. ed. The Travels of Athanasius Nikitin. In: *India in the Fifteenth Century*. Hakluyt Society, volume 22. London: Hakluyt Society, 1857.

MÜNSTER, Sebastian. *La cosmographie universelle*. Basel, 1552.

REY, Alain. *Miroirs du Monde: Une histoire de l'encyclopédisme*. Paris: Fayard, 2007.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Entre saberes e crenças: O mundo animal na Idade Média. *História Revista* (UFG. Impresso), v. 18, p. 135-150, 2013.

RIBÉMONT, B. *De natura rerum*. Études des encyclopédies du Moyen Age. Orléans : Paradigme, 1995.

_____. *Le Livre des propriétés des choses*, une encyclopédie au XIVe siècle. Paris: Stock, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Portugal e o Mundo: nos séculos XII-XVI*. Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo, 1994.

SÉVÉRAC, Jordan Catala. *Les Mirabilia descripta*. In: GADRAT, C. *Une image de l'orient au XIVème siècle: les Mirabilia descripta de Jordan Catala de Sévérac*. Paris: École des chartes, 2005.

FERDINAND, Valantin. Lettre. In: COSTA, A. Fontoura da. *Les déambulations du rhinocéros de Modofar, roi de Cambaye, de 1514 à 1516*. Lisboa: Division de Publications et Bibliothèque, 1937.

VAN DEN ABEELE Baudouin. *Bestiaires medievales: Nouvelles perspectives sur les manuscrits et les traditions textuelles*. Louvain-la-Neuve Publications de l'institut d'études medievales 2005.

VIAGENS de Jean de Mandeville. Tradução, introdução e Notas de Susani Lemos França. Bauru: Edusc, 2007.

WARNER, G. *The Buke of John Mandeville*. Westminster: Roxburghe Club, 1889.

Data de recebimento: 25/09/2014.

Data de aceite: 07/08/2015.